

A RELATIVIZAÇÃO NO PORTUGUÊS CULTO

Beatriz Nunes de Oliveira LONGO¹
Luciana Roberta F. de SOUZA
Rosane Conceição MICHELIN

- RESUMO: Neste artigo tentamos mostrar que a distinção semântica entre orações restritivas e não restritivas do português culto do Brasil tem uma contraparte sintática: as primeiras são constituintes internos de um SN, enquanto as últimas ocupam uma posição de adjunção. Todos os relativizadores são pronomes, exceto *que*, o qual pode classificar-se como uma partícula altamente pronominal.
- PALAVRAS-CHAVE: Gerativismo; semântica; sintaxe; oração relativa; relativizador.

1. Neste artigo, relatamos os resultados de um estudo da relativização no português culto, falado e escrito, do Brasil, levando em conta os seguintes aspectos na investigação:

- (i) tomando como ponto de partida para a análise a oração, verificar quais as descrições estruturais correspondentes às relativas e quais as operações necessárias para gerar tais representações;
- (ii) identificar o estatuto sintático das orações relativas e dos seus elementos introdutórios, os chamados operadores QU;
- (iii) caracterizar os operadores QU em termos de suas propriedades morfológicas, sintáticas e semânticas;
- (iv) chegar ao estabelecimento de uma tipologia oracional para as relativas;
- (v) evidenciar as diferenças e semelhanças entre a relativização na linguagem falada e na escrita.

1. Departamento de Linguística - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-420 - Araraquara - SP (Docente e bolsistas de IC)..

A pesquisa inseriu-se basicamente no quadro teórico do gerativismo (Chomsky, 1986, 1988, 1992) e foi realizada com o apoio do CNPq, na forma de bolsas de Iniciação Científica.

A motivação proveio de estudos lingüísticos em que se discute a concepção tradicional das orações relativas. Halliday & Hasan (1976), Quirk & Greenbaum (1973), assim como Thompson & Matthiessen (1988), questionam o seu estatuto de subordinadas; Robert (1983) e Kleiber (1987) reavaliam a classificação em restritivas / não restritivas; Lemle (1978), Kato (1981), Tarallo (1983) e Souza e Silva (1984), entre outros, chamam a atenção para a complexidade de mecanismos envolvidos e para as diferentes estratégias de relativização utilizadas de acordo com a modalidade de linguagem.

2. Investigando um *corpus* bastante abrangente de amostras de língua falada, Tarallo (op. cit.) concluiu, após um estudo quantitativo apoiado em fatores lingüísticos e extralingüísticos, que existem dois sistemas de relativização no português. No da língua falada, prevaleceria o apagamento do pronome e truncamento da preposição, devendo os operadores QU ser considerados meros elementos de conexão, ou complementadores. Sua pesquisa partiu das seguintes estratégias de relativização, observadas no português falado da cidade de São Paulo (p. 1-3):

- (1) Tem as que não estão nem aí, né?
- (2) Teve uma mulher que *ela* queria que a gente entrevistasse ela pelo interfone.
- (3) É uma pessoa que essas besteiras que a gente fica se preocupando, ela não fica esquentando a cabeça.

O autor denominou-as, respectivamente, de "variante da lacuna" (variante A), "variante do pronome-lembrete" (variante B) e "variante do truncamento do sintagma preposicionado (SP)" (variante C). Com base na não-ocorrência dos pronomes "puros" – *qual, quais, cujo(s), cuja(s)* –, na alta freqüência de pronomes-lembretes (com exceção dos objetos diretos), e na predominância das variantes com pronome-lembrete e com truncamento nas posições de objeto indireto, oblíquo e genitivo, Tarallo considerou que na língua falada podemos ter variantes com *pro*, com pronome-lembrete e com preposição (apagada) + *pro*, mas não com deslocamento. Por exemplo:

- (4) O homem que *pro* entregou o pacote era alto.
- (5) O homem que *ele* entregou o pacote era alto.
- (6) O homem que Maria deu o pacote *O pro* era alto.

Para a língua escrita e para a fala culta de um grupo restrito, Tarallo postulou um sistema de deslocamento do sintagma QU em que as relativas são introduzidas por elementos pronominais e em que não há truncamento do SP.

Uma das evidências mais fortes apresentadas para comprovar que o truncamento não se combina com o deslocamento de QU é o fato de podermos ter, segundo o autor, o apagamento da preposição em SP topicalizado, mas não nas perguntas com QU, que representam casos típicos de deslocamento:

- (7) Maria, eu falei. (= com Maria).
- (8) *Quem você falou? (= com quem).
- (9) Eu perguntei *quem você falou (= com quem).

Entretanto, o próprio autor (p. 231) apresenta um exemplo de SP truncado numa interrogativa com QU:

- (10) Que assunto que a gente vai falar? (= sobre que assunto).

Outro problema foi que, examinando aleatoriamente, numa exploração inicial, algumas amostras de língua escrita, encontramos orações relativas com truncamento do SP:

- (11) ... uma boca de lábios grossos que o bigode espesso imprimia delicadeza (Márcio Souza, *Mad Maria*) (= a que o bigode...).

Como não se trata de um trecho de discurso citado, surge uma dúvida: teríamos aqui uma simples tentativa do autor de aproximar a sua linguagem da falada, ou o fenômeno do truncamento se apresentaria também na língua escrita?

Além disso, nas interrogativas QU, o complementador *que* pode co-ocorrer com os pronomes deslocados, mas nas relativas, não:

- (12) a. Que que eles escutam? (Fa-1).
- b. explica pra esse Brazilzão varonil o que que é produtora de moda. (Fa-2)
- (13) *O homem que que entregou o pacote era alto.

Tudo isso parecia evidenciar que a polêmica deslocamento x apagamento não estava resolvida e que o relativizador *que* não poderia ser considerado um complementador puro, totalmente desprovido de traços pronominais. Dessa maneira, decidimos desenvolver um estudo para reavaliar tais questões, numa tentativa de contribuir com alguns subsídios para a futura elaboração de uma gramática do português e, ao mesmo tempo, fornecer elementos que pudessem ser aproveitados no ensino/aprendizagem da língua materna.

3. Considerando interessante apoiar a pesquisa em dados empíricos que confirmassem a intuição do analista, tivemos a preocupação de montar um *corpus*, muito embora não fosse nossa intenção realizar um estudo quantitativo. Pretendíamos com isso testar a hipótese da impossibilidade do deslocamento com truncamento e detectar as variantes efetivamente em jogo na linguagem culta. Utilizamos o material de dois projetos: o do NURC, para a linguagem falada, e o do DUP (*Dicionário gramatical de usos do português contemporâneo do Brasil*, em elaboração por uma equipe coordenada pelo Prof. Dr. Francisco da Silva Borba), para a escrita. Acrescentamos a esse material gravações de programas de televisão (jornais e entrevistas), a fim de atualizar os dados da linguagem falada.

O *corpus* abrangeu diferentes registros e estilos das modalidades falada e escrita do português, compreendendo as décadas de 70 a 90, estando assim constituído:

modalidade escrita – 628 orações relativas, 92 orações interrogativas; modalidade falada – 674 orações relativas, 305 orações interrogativas.

4. Ao investigar o estatuto sintático-semântico das relativas, vimos que muitos estudos (Tarallo, op. cit.; Mira Mateus et al., 1983; Abreu, 1985; Fabb, 1990, entre outros) procuraram demonstrar que a subdivisão tradicional pode ser questionada, com o argumento de que as não restritivas podem dividir-se em diversos subtipos e não podem ser consideradas subordinadas. Por exemplo, Abreu (op. cit.) tenta mostrar que a relativização não restritiva pode ser um recurso discursivo para apresentar argumentos de conseqüência, de causa ou de oposição.

A primeira varredura do *corpus* foi suficiente para percebermos que as mesmas noções expressas pelas não restritivas (NR) apareciam nas restritivas (RR):

(14) um quadro infeccioso *que dava para fazer um congresso da OMS* (conseqüência).

(15) situações inesperadas *que no entanto se ajustam* (oposição).

(16) pobre dele *que perdeu a alma* (causa).

Analisando outros tipos possíveis de subdivisões, vimos que elas sempre acabavam por se reduzir à oposição semântica básica entre restrição e não restrição, o que nos levou a desistir de alterar a tipologia tradicional, muito embora reconheçamos que pode haver nuances adicionais de várias espécies.

Mantida a distinção restritiva / não restritiva, procuramos chegar a uma caracterização sintático-semântica que as diferenciasses. Alguns autores consideram que a questão da NR pertence à esfera discursiva, e não à gramatical. Para Abreu (p. 12), “em nível de sintaxe autônoma é impossível encontrar motivação para a existência de tal tipo de oração”. Segundo Fabb (op. cit.), a NR e a oração em que se encontra seu antecedente não compartilham uma mesma representação sintática. Portanto, a conexão da oração que contém o antecedente com a não restritiva só se efetivaria no nível discursivo-textual. Além disso, as NR podem assumir diversos valores argumentativos que as aproximariam mais das coordenadas do que das subordinadas. Tarallo (op. cit.), em seu estudo quantitativo, concluiu que o fato de os pronomes-lembretes ocorrerem com maior freqüência nas NR evidencia uma ligação sintática mais frouxa com o antecedente, característica da coordenação e não da subordinação.

No plano semântico-discursivo as orações restritivas determinam um subconjunto do conjunto designado pelo antecedente (Lopes, apud Mira Mateus et al., op. cit.), restringindo-lhe, portanto, a extensão. As restritivas são modificadoras do antecedente. Nas não restritivas o antecedente é único ou delimitado independentemente. Em vez de restringirem a extensão do antecedente, tais orações apresentam traços constitutivos do seu significado, representando portanto um acréscimo intensional. Concluindo, as RR delimitam o antecedente, enquanto as NR são um meio de pôr em relevo uma informação que o falante considera nova e necessária para a interpretação do antecedente (Abreu, op. cit.).

A que corresponderia sintaticamente tal distinção? Até agora, vimos duas soluções possíveis: considerar que as RR são subordinadas e as NR, coordenadas, ou

classificar as não restritivas como totalmente independentes. Nesse caso, o único vínculo entre a relativa e o antecedente seria o pronome relativo, e a conexão se daria no nível da estrutura discursiva ou textual. Tentaremos caracterizar a distinção sintática com base em um quadro teórico gerativista.

5. Para explicar as relativas restritivas, adotaremos aqui a proposta de Fabb (op. cit.), para quem haveria uma relação de predicação entre a RR e o nome antecedente. De acordo com a teoria da predicação, o sujeito e o predicado estão co-indexados, devendo c-comandar-se² mutuamente.

Além disso, o operador relativo e o SN antecedente (e portanto todos os membros da projeção, isto é, N' e N) também compartilham um mesmo índice referencial,³ adquirido através de uma estipulação no léxico que se aplica aos pronomes relativos. Assim, teríamos, simplificadaamente:

$$[_{SN} \text{ O livro}_{i,j} [_{SCj} \text{ O}_i \text{ que}_j \text{ eu li } v]]$$

6. Alguns testes com expressões idiomáticas demonstram que o antecedente da RR é uma projeção não máxima de N, enquanto a NR, por ser externa à projeção contendo o especificador, só tem acesso a essa projeção, isto é, ao SN:

- (17) * O progresso, que os alunos fizeram, foi incrível.
O progresso que os alunos fizeram foi incrível.

Em (17), o objeto da relativa não pode incluir o especificador, pois a expressão é *fazer progresso*, e não * *fazer o progresso*. Como na relativa NR o pronome relativo substitui o conjunto [Espec + N], a seqüência é agramatical. Já na RR, o relativo substitui apenas N, por isso temos uma frase gramatical.

Por outro lado, somente as NR aceitam expressões referenciais como operadores de relativização. Tais expressões, como se sabe, estão sujeitas ao Princípio C da teoria da ligação, não podendo ligar-se a um antecedente que as c-comande. As RR, como vimos, estão co-indexadas com um nóculo irmão, que, portanto, as c-comanda, o que explicaria a agramaticalidade de (18):

- (18) * um pronome da mesma natureza que o sujeito o qual pronome tem a forma oblíqua.

Pode-se então concluir que as relativas NR não estão ligadas ao antecedente. Nesse caso, onde poderíamos localizá-las na representação sintática?

Essa questão pode ser colocada de outro modo: qual é o estatuto sintático das relativas? Halliday & Hasan, Quirk & Greenbaum e Thompson & Matthiessen, em seus estudos sobre as relações oracionais, concluíram que se pode chegar a dois tipos básicos de relação, o encaixe e a combinação. No primeiro caso, há o que se chama de *rankshifting*, e a encaixada perde o seu estatuto funcional de oração. A combinação,

2. Estamos levando em conta a primeira projeção máxima.

3. Mas, segundo Fabb (op. cit.), não necessariamente o mesmo referente.

por sua vez, subdivide-se em paratática, em que as estruturas são equivalentes e independentes (como por exemplo as coordenadas), e hipotática, em que as orações sintaticamente dependentes mantêm o seu estatuto oracional. Observando as diferenças entre as NR e as RR, verificamos que estas funcionam como constituintes internos do SN, enquanto aquelas são externas ao SN, mas não podem ser interpretadas como totalmente independentes. Em vista disso, parece-nos que a melhor solução é considerar que tais orações se encontram em posição de adjunção na estrutura sintática. Assim é possível explicar a relação entre a NR e o antecedente, mantendo-a livre. De acordo com a versão da teoria de princípios e parâmetros que estamos adotando, a ligação se faz a partir de uma posição argumental (*posição A*). Como o SN está numa posição de adjunção, posição não argumental (*posição não-A*), não há ligação e a co-indexação é gramatical. Propomos então para as relativas NR uma estrutura como a exemplificada em (19):

(19) [_{SN} [_{SN_i} O livro] [_{SC} O que_i eu li v]

7. Uma vez estabelecida a tipologia oracional básica, as descrições estruturais e o estatuto sintático das relativas, procuramos identificar as propriedades dos elementos introdutórios, para depois verificar as operações necessárias para gerar as descrições.

Duas questões se colocam inicialmente: seriam tais elementos verdadeiros pronomes, ou meros elementos de relação, e qual é seu papel em relação ao antecedente?

Como vimos, os relativizadores introduzem orações que funcionam como elementos de quantificação, construção, ou delimitação do antecedente. Segundo Van der Awerda (1985), haveria três critérios para identificação do pronome relativo:

- (i) assinala a subordinação;⁴
- (ii) constitui, com a oração que introduz mais o antecedente, um sintagma nominal;
- (iii) dentro da oração que introduz, preenche uma função de sintagma nominal.

Por esses critérios, *quem*, *cujo*, *qual* seriam inequivocamente pronomes relativos. *Morfologicamente*, *qual* e *cujo* apresentam traços de gênero e número; o primeiro recebe-os do antecedente, e o segundo, do nome que determina; *quem*, por sua vez, é invariável. *Sintaticamente*, são sintagmas que se deslocam para a posição não-A de Especificador de SC, funcionando como operadores co-indexados a variáveis, na mesma oração, e a antecedentes, numa oração externa:

(20) O homem a *quem* a Maria convidou...

(21) [_{SC}[_{ESP} a quem [_{C'} [_C 0 [_{SF} a Maria convidou var

4. Em nossos termos, *dependência*.

O SQU a *quem* está co-indexado a *o homem*, seu antecedente numa oração mais alta, e a *var*, que é o ponto de partida de seu deslocamento. Mais adiante veremos como se dá a co-indexação com o antecedente.

As variáveis são marcadas por caso e preenchem diversas funções gramaticais (FG-A).

Semanticamente, esses pronomes podem ser equiparados, assim como os indefinidos e os interrogativos, a *quantificadores* ou *quasi-quantificadores* (Lobato, 1986, p. 385-7). Por exemplo, para a oração “O homem a quem você entregou o pacote era alto”, existe a pressuposição de que se entregou o pacote a *alguém*. Nesse sentido, poderíamos estabelecer uma distinção entre os pronomes introdutores de restritivas, que equivaleriam ao quantificador existencial (*alguns*), e os introdutores de NR, correspondentes ao quantificador universal (*todos*):

(22) Os irmãos de Maria que foram ao cinema são loiros.

(<=> alguns irmãos de Maria foram ao cinema)

(23) Os irmãos de Maria, que foram ao cinema, são loiros.

(<=> todos os irmãos de Maria foram ao cinema)

Além disso, remetem para um antecedente nominal cuja função semântica é a de *referir*. Do ponto de vista semântico-discursivo, funcionam portanto como elementos de coesão, na medida em que recuperam a interpretação de outros elementos do texto. A co-indexação do pronome relativo com o antecedente deve ser estipulada como uma propriedade lexical, uma condição sobre os pronomes que, segundo Fabb, poderia ser a seguinte:

Um pronome relativo deve receber o mesmo índice referencial que um nóculo externo à oração relativa. Somente o nóculo que precede e está imediatamente adjacente à relativa que contém o pronome pode ser interpretado como recebendo o mesmo índice que o pronome. (p. 62)

Discursivamente, como vimos, as RR delimitam o antecedente, enquanto as NR põem em relevo uma informação nova. Além disso, ambas podem introduzir argumentos de causa, concessão, oposição etc.; para Robert (op. cit.), a relativização é “a tematização parcial de um enunciado” (p. 65).

Resolvidas as questões referentes às propriedades dos pronomes relativos, resta identificar o estatuto do relativizador *que*.

8. Tarallo (op. cit.), observando que em seu *corpus* não se registraram ocorrências dos relativos “puros” (*o qual*, *cujo*⁵), concluiu que não se poderia postular uma análise em termos de deslocamento. A análise dos dados de nosso *corpus* confirmou apenas parcialmente a hipótese de Tarallo. Na fala culta não ocorreu *cujo*, mas houve duas ocorrências de *qual*, em 674 orações analisadas. Por outro lado, a recorrência aos pronomes-lembretes foi muito baixa, não tendo sido registrada nenhuma ocorrên-

5. *Quem* não foi levado em conta porque só pode ocorrer precedido de preposição.

cia nas amostras de elocução formal. Já na língua escrita, em 628 orações, encontramos 11 introduzidas por *cujo*, e 7 por *qual*.

De acordo com Van der Awera (op. cit.), há três possibilidades de classificação de *que*: como complementador, como pronome relativo ou como partícula relativa, isto é, como uma classe intermediária entre um pronome e uma conjunção. A diferença estaria basicamente em um traço componencial distintivo:

	Pronome	Partícula	Conjunção
[pronomial]	+	-	-
[variável]	-	-	-
[relativizador]	+	+	-
[conectivo]	+	+	+

Analisando os argumentos apresentados em diferentes propostas de classificação, destacamos alguns que nos parecem mais difíceis de se refutar:

- (i) ao contrário dos verdadeiros pronomes relativos, *que* pode co-ocorrer com pronomes lembretes;
- (ii) *Que* admite o truncamento da preposição; os pronomes deslocados para a posição de [Espec, SC], não;
- (iii) O complementador *que* pode co-ocorrer com os pronomes QU, mas o relativo, não.

A respeito de (i), realmente não registramos no *corpus* nenhuma ocorrência de pronome-lembrete com os verdadeiros pronomes relativos, mas houve um caso de *pied-piping*, índice portanto de deslocamento, com pronome-lembrete:

- (24) existe uma dualidade de personalidades aí *em que numa* ele passa essa verdade (Pedro Collor, *Roda viva*).

Além disso, em determinadas condições, os pronomes “puros” podem ser aceitáveis com o lembrete:

- (25) a. construção nacional que não se pode nem deve interromper, antes impulsioná-la (ME-O)
- b. construção nacional, a qual não se pode nem deve interromper, antes impulsioná-la.

Em outras línguas, como o inglês, essa possibilidade também existe:

- (26) the man who John saw him (Haegman, 1991, p. 371).
- (27) This is the man whom Emsworth told me when he will invite him. (Haegman, op. cit., p. 373)
- (28) The footnotes and the bibliography which I don't know how long they're going to be. (Van der Awera, op. cit., p. 151)

A fim de testar a validade de (ii), adotamos a seguinte estratégia de pesquisa: buscar, no *corpus*, exemplos de pronomes relativos ou interrogativos deslocados, com truncamento do SP. Entre as relativas, só encontramos um caso de truncamento com deslocamento, mas o operador de relativização era o advérbio interrogativo *onde*, que parece estar em variação livre com *aonde*. Portanto, não levamos em consideração esse exemplo. As interrogativas iniciadas por palavras QU são casos inequívocos de deslocamento, por isso encontrar amostras de SP truncado em tais orações comprovaria a possibilidade de deslocamento com truncamento, derrubando um dos argumentos mais fortes contra a classificação de *que* como pronome. Em (10), observamos que o truncamento com deslocamento ocorreu no *corpus* de Tarallo. Entretanto, a análise do nosso *corpus* de língua falada não revelou dados numericamente significativos: das 305 orações interrogativas encontradas, apenas duas apresentaram o truncamento, correspondendo a 0,6% do total. Por esse motivo, decidimos reduzir o material de língua escrita a ser pesquisado, utilizando metade do arquivo pesquisado para a montagem do *corpus* das relativas. Das 92 ocorrências de oração interrogativa encontradas, nenhuma fugiu ao padrão.

Concluimos, então, que não é possível confirmar a hipótese do deslocamento com truncamento e, portanto, refutar (ii). Entretanto, como as variantes não padrão ocorreram nas amostras colhidas a partir dos dados mais recentes de língua falada, em registro coloquial, podemos supor que talvez estejamos diante de um rearranjo estrutural do português na direção do truncamento de SQU deslocado.

O argumento (iii) é apresentado por aqueles que consideram que se deve distinguir o complementador do relativizador *que*. Percorrendo o *corpus*, encontramos vários exemplos de pronomes interrogativos + *que*, principalmente nas amostras de linguagem falada mais recentes, como (12a e 12b). Por outro lado, não se registrou nenhuma ocorrência de pronomes relativos + *que*, o que confirma (iii).

Dessa maneira, podemos concluir que, se *que* não é totalmente pronominal, tampouco pode ser considerado um mero complementador. Para Van der Avera (op. cit.), no inglês, a melhor solução para o problema é encontrada em termos de gradiência, devendo o *that* relativizador ser considerado uma partícula altamente pronominal. Essa proposta parece compatível com a dos gerativistas (Chomsky, 1986; Lobato, op. cit.; Haegman, op. cit., entre outros). Para eles, quando não houver um pronome "verdadeiro" deslocado para [Espec, SC], essa posição será ocupada por um operador de relativização vazio, *O*, co-indexado a uma variável ou a um pronome lembrete:⁶

(29) O livro O_i que eu li var_i era um tédio.

(30) O livro O_i que eu li ele_i era um tédio.

Em (29), *que* adquire os traços de um pronome relativo, reunindo, segundo Haegman (op. cit.), "as propriedades de C e do operador" por meio de uma regra de *contração*. Disso resultaria uma representação como (31):

6. Para uma argumentação a favor de *O*, consulte-se Radford (1989, p. 489-92).

(31) O livro *que*_i eu li *var*_i era um tédio.

Em (30) a regra de contração não se aplicaria, portanto a estrutura não sofreria alteração. Por outro lado, o fato de *que* não aceitar a co-ocorrência com pronomes relativos indica que o seu grau de pronominalidade nunca é zero em português. Como explicar então os casos de variantes não padrão na linguagem culta?

Analisando os dados do *corpus*, foi possível estabelecer uma distinção entre as duas modalidades de linguagem, no que diz respeito às estratégias de relativização. A variante padrão predominou absoluta nos dois tipos de linguagem. O fator social *registro* não se revelou significativo para a linguagem escrita, mas para a falada, sim: a frequência dos pronomes-lembrete e de truncamentos aumentou em proporção inversa ao grau de formalidade. Já no caso da língua escrita nada se pode afirmar, pois no nível mais formal, o da literatura oratória, registrou-se a ocorrência de pronome-lembrete, justamente a variedade mais marcada socialmente. As amostras de literatura técnica e jornalística não apresentaram desvios. A romanesca apresentou mais formas desviantes do que a dramática, que esperávamos mais se aproximasse da linguagem falada. De qualquer forma, como as variantes B e C são de baixíssima ocorrência no *corpus* de língua escrita, não se poderia chegar a resultados conclusivos.

Na língua escrita, os dados indicaram que o relativizador *que* é altamente pronominal. As duas únicas ocorrências de pronome-lembrete (0,3% do total) são facilmente explicáveis:

- (32) construção nacional *que* não se pode nem se deve interromper, antes impusio-ná-la. (ME)
- (33) Uma pessoa falou *que* teve uma mulher *que* parece tinha uma filha *dela* aí. (CNT)

Trata-se, no primeiro caso, de uma amostra extraída de um discurso do presidente Médici, em que o pronome aparece na oração coordenada, separado do introdutor por uma outra relativa; portanto, os laços sintáticos entre o antecedente e o pronome são bastante frouxos. Parece-nos que o emprego do pronome é uma tentativa de reatar esses laços.

No segundo caso, temos a concorrência de cinco dos sete fatores que, segundo Tarallo (op. cit., p. 251), favoreceriam a retenção pronominal:

- (i) o antecedente é [humano/singular/indefinido];
- (ii) o SN relativizado é um genitivo;
- (iii) a relativa é encaixada à direita;
- (iv) há uma oração interveniente depois do *que*;
- (v) a matriz é uma S existencial.

Além disso, pode-se perceber que o autor procura aproximar a sua linguagem da falada, o que justificaria, estilisticamente, o uso do pronome. Finalmente, observamos que não haveria possibilidade de produzir essa frase com a estratégia padrão. O pronome é obrigatório:

- (34) *Teve uma mulher cuja filha parece tinha aí.

(35) *Teve uma mulher da qual uma filha parece tinha aí.

Estamos, portanto, diante de um uso do pronome como *último recurso* para salvar uma estrutura que de outro modo seria agramatical.

Com exceção de (36) e (37), as variantes C ocorrem quando o antecedente é um abstrato temporal:

(36) o que se tratará de dar remédio (ME).

(37) é sobre aquele problema que eu lhe falei (HO).

(38) primeira vez que vi o vosso nome (COL-O).

(39) Não é no mesmo dia que eles chegam que eles vão para as celas (CNT).

(40) Tem uns dias que começou a sair gente daí (CNT).

Certos adjuntos que expressam tempo caracterizam-se por não serem marcados quanto à preposição. Como já salientou Arrais (1981, p. 197), “daí a variação de preposição, incluindo *a*, *de* e, em certos casos, até o *apagamento*”:

(41) a. Cheguei *domingo*.

b. Cheguei *no domingo*.

As frases (38-40) já seriam projetadas do léxico sem o SP. Nesse caso, o *que* é interpretado como pronome relativo.

As frases (36) e (37) serão explicadas quando analisarmos os dados da língua falada. Seriam os únicos casos de variante C em que o relativizador assume um baixo grau de pronominalidade, como veremos mais adiante.

9. A quantificação dos dados de língua falada revelou algumas diferenças em relação à modalidade escrita: como já vimos, não ocorreram *cujo* ou *quem*. Do pronome *o qual* foram registradas apenas duas ocorrências, de um total de 674 orações analisadas. Os pronomes-lembrete correspondem a 0,89% do total, ocorrendo apenas em duas posições, a de sujeito e a de oblíquo. Não consideramos a frequência da variante B suficientemente significativa para que pudéssemos realizar um estudo de fatores condicionantes. Por outro lado, a variante C representou 5,78%, de modo que já é possível fazer uma análise e aventar algumas hipóteses.

Se levarmos em conta apenas as posições em que a preposição deveria ocorrer – objeto indireto, oblíquo e genitivo –, veremos que a estratégia do truncamento é altamente produtiva na modalidade falada culta:

Número de orações analisadas: 105

	A	B	C
Objeto indireto	4 – 3,80%	0 – 0%	11 – 10,47%
Oblíquo	58 – 55,23%	2 – 1,90%	24 – 22,85%
Genitivo	2 – 1,90%	0 – 0%	4 – 3,80%

Concluimos então que nos casos de SP relativizado, a estratégia do *pied-piping*, que envolve deslocamento, compete com a do truncamento. Esta representa 37,14% do total de orações analisadas (39/105). Vejamos agora como explicar tais casos, que poderiam ser subdivididos em quatro grupos.

- (i) Dez das 39 ocorrências (25,64%) têm por antecedente um abstrato temporal, já comentado anteriormente.
- (ii) Sete (17,94%) correspondem a sintagmas introduzidos por marcadores casuais e não por verdadeiras preposições. Podemos então postular um apagamento na Forma Lógica, já que tais marcadores são semanticamente vazios. Temos então um deslocamento no nível sintático.
- (iii) Outras cinco (12,82%) são casos em que o verbo admite mais de um argumento interno, sendo um deles preposicionado e o outro, não. Podemos argumentar que, assim como em (i), o falante já projeta o sintagma do léxico sem a preposição, e o relativizador recebe interpretação pronominal.⁷
- (iv) As outras ocorrências – em número de 17, ou 43,59% – representam condicionamentos de diferentes tipos, cujo estudo foge aos objetivos deste trabalho e que poderiam ser analisados numa futura pesquisa. Para nós, o importante é que são todos casos em que realmente se observa o truncamento do SP. Comentaremos apenas um deles, que foi encontrado também na língua escrita (cf. 36):

(42) as pessoas têm que se vestir com o que elas se sintam bem (Fa-2).

Em (36) e (42), temos o apagamento da preposição à direita do demonstrativo *o*. Essa parece ser uma tendência do português atual. Testados quanto à possibilidade de inserção de *P* em frases como as exemplificadas, vários falantes atribuíram maior aceitabilidade à variante truncada. Observe-se ainda que em (42) teríamos uma mesma preposição repetida, o que também é bloqueado pelos falantes:

(43) ?? as pessoas têm que se vestir *com* o *com* que elas se sintam bem.

Tudo isso nos leva a postular que temos na verdade duas estruturas em competição na língua culta: uma, com deslocamento de um pronome relativo ou de um operador vazio de relativização, e outra, com pronome lembrete co-indexado ao operador vazio. Quando tal pronome faz parte de um sintagma preposicionado, temos, normalmente, no nível discursivo, a omissão do SP, sendo então produzida a variante do truncamento. De acordo com Lemle (op. cit., p. 85),

é plausível interpretá-lo [o truncamento] como uma tentativa de retorno à gramática-padrão ... É como se esses falantes, ao tentarem imitar as formas do dialeto-padrão, realizassem a operação, mais evidente, de cancelar a cópia pronominal, esquecendo-se, porém, da segunda (e menos evidente) operação necessária para atingir o seu alvo, ou seja, a colocação da preposição antes do pronome relativo.

7. A mesma explicação vale para o exemplo (37) da língua escrita.

Na verdade, se considerarmos que a modalidade de linguagem é a falada, concluiremos que, não sendo mais possível a inserção da preposição inicial, o falante se limita a "corrigir" a frase omitindo o pronome. O resultado confere à frase maior grau de aceitação no nível pragmático-discursivo.

Portanto, das 105 orações com sintagma QU supostamente⁸ preposicionado, somente 16,19% são introduzidas por partícula. Nos demais casos (83,81%), o relativizador *que* deve ser interpretado como pronome.

Dessa maneira teríamos, na fala e na escrita cultas, as seguintes possibilidades de representação:

- (44) a. O homem [*O que*] *v* entregou o pacote era alto
- b. O homem *O* que [*ele*] entregou o pacote era alto
- c. O homem a *quem* Maria deu o pacote *v* era alto
- d. O homem *O* que Maria deu o pacote [*para ele*] era alto

Resumindo, em (44a), temos um operador vazio *O*, co-indexado a uma variável. Nesse caso, ocorre uma reestruturação de [*O que*], sendo *que* reinterpretado como pronome relativo e recebendo a sua referência do SN imediatamente adjacente *O homem*. Em (44b e 44d), o operador se liga diretamente ao pronome *ele*. Entretanto, no nível discursivo, (b) e (d) só se realizariam na linguagem culta em condições muito especiais, ainda não suficientemente estudadas. Haveria portanto, nesse nível, a omissão de um pronome cuja realização não é bem-aceita. Já em seu trabalho, Tarallo (op. cit.), cuja pesquisa englobou falantes de diferentes níveis de escolaridade e faixas de renda, comprovou que a variante do truncamento é favorecida em relação à do pronome-lembrado, que é socialmente desprestigiada.

Finalmente, (44c) é explicada, assim como (44a), por uma regra de deslocamento que deixa uma variável no ponto de origem. Entretanto, o elemento deslocado não é um operador nulo, mas um sintagma QU.

10. Neste estudo, investigamos as propriedades sintáticas, semânticas e discursivas das orações relativas e dos relativizadores QU com base em um *corpus* composto por 1.302 orações extraídas de amostras da linguagem falada e escrita no Brasil, compreendendo as décadas de 70 a 90 e diferentes registros e estilos. Além disso, analisamos 397 orações interrogativas parciais, a fim de testar a hipótese do deslocamento com truncamento. Tomamos por base o modelo teórico chomskiano, complementado por estudos que nos permitissem uma abordagem discursivo-pragmática do fenômeno da relativização. As principais conclusões a que chegamos foram as seguintes:

- (a) Os diferentes matizes semânticos expressos pelas relativas acabam por se enquadrar sempre em uma dicotomia mais ampla, que opõe restritivas a não restritivas. As primeiras delimitam o antecedente, enquanto as segundas adicio-

8. Como vimos, em determinados casos, projeta-se diretamente do léxico um sintagma QU não preposicionado.

nam traços ao seu significado. Temos, portanto, duas operações diversas, uma de quantificação e outra de qualificação.

- (b) As restritivas, modificadoras do antecedente, correspondem a estruturas encaixadas, compondo com ele um SN. As não restritivas encontram-se em posição de adjunção ao SN.
- (c) Os operadores de relativização, excetuados os advérbios relativos, são *que*, *quem*, *o(a) qual*, *cujo* (este não ocorreu nas amostras de língua falada). Enquanto os três últimos são pronomes, o primeiro tem estatuto variável, de acordo com a estratégia de relativização utilizada, podendo ser interpretado como pronome ou como uma partícula que na maioria dos casos é altamente pronominal.
- (d) As descrições estruturais que correspondem às diferentes estratégias de relativização são duas: uma com relativizador deslocado para a posição de especificador de SC – um operador nulo ou um sintagma QU – co-indexado a uma variável, e outra com o operador gerado na posição de especificador e co-indexado a um pronome-lembrere.
- (e) Na língua escrita, a estratégia do pronome-lembrere é numericamente irrelevante. Por outro lado, os truncamentos, com exceção de um, são casos em que o sintagma é gerado no léxico sem a preposição. Concluimos que na modalidade escrita o relativizador *que* é interpretado como pronome. Já na língua falada, a frequência da variante com truncamento da preposição revelou-se significativa. Para explicar essa variante, propusemos um apagamento, no nível discursivo, do SP que contém o pronome-lembrere. A realização desse pronome, socialmente muito marcado, é evitada, o que faz com que a variante do truncamento seja predominante, também na linguagem falada culta, em relação à do pronome-lembrere.
- (f) A análise das orações interrogativas não confirmou a hipótese do deslocamento com truncamento. Entretanto, o fato de se registrarem duas ocorrências nos dados mais recentes da língua falada revela que talvez esteja havendo uma mudança no português atual no sentido de permitir essa estratégia.
- (g) Finalmente, gostaríamos de comentar outro fenômeno evidenciado pelos dados, nas duas modalidades de linguagem: a predominância de orações restritivas sobre não restritivas. Tal fato pode ser correlacionado a dois fatores: um, de natureza sintática (há outras construções que concorrem com as não restritivas, como as coordenadas e os apostos), e outro, de natureza semântico-discursiva (para topicalizar uma informação sobre o antecedente, é preciso que este já esteja delimitado).

Esperamos ter evidenciado que o português culto ainda favorece a variante do deslocamento, mas que a variante C aos poucos se vai infiltrando. Na fala culta, a sua frequência é significativa. Já a variante B ainda é evitada sempre que possível. Os dados também mostraram que o relativizador *que*, no português culto, não deve ser interpretado como mero complementador, ainda que algumas vezes atinja um grau muito baixo de pronominalidade.

LONGO, B. N. O., SOUZA, L. R. F. de, MICHELIN, R. C. Relativization in standard Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 165-179, 1994.

- **ABSTRACT:** *In this paper we have tried to show that the semantic distinction between restrictive and non-restrictive clauses in standard Brazilian Portuguese has a syntactic counterpart: the former are internal constituents of an NP, whereas the latter occupy an adjunctive position. All of the relativizers are pronouns, except que, which may be classified as a highly pronominal particle.*
- **KEYWORDS:** *Generative grammar; semantics; syntax; relative clause; relativizer.*

Referências bibliográficas

- 1 ABREU, A. S. Orações adjetivas explicativas: uma visão textual. *Estudos lingüísticos*, S.J. Rio Preto, v. 11, p. 6-11, 1985.
- 2 ARRAIS, T. C. Semântica das expressões temporais em português. In: QUEIROZ, T. A. *Estudos de filologia e lingüística*. São Paulo: EDUSP, 1981. p. 195-206.
- 3 CHOMSKY, N. *Barriers*. Cambridge, MIT, 1986.
- 4 _____. *Language and problems of knowledge*. Cambridge: MIT, 1988.
- 5 _____. A minimalist program for linguistic theory. ms, 1992.
- 6 FABB, N. The difference between English restrictive and non-restrictive clauses. *Journal of Linguistics*, v. 26, p. 57-78, 1990.
- 7 HAEGMAN, L. *Introduction to government and binding theory*. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- 8 HALLIDAY, M. A. K., HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- 9 KATO, M. Orações relativas: variação universal e variação individual no português. *Estudos lingüísticos*, SEMINÁRIOS DO GEL, 5, São Paulo, 1981. *Anais...* São Paulo, 1981. p. 1-16.
- 10 KLEIBER, G. Relatives restrictives/relatives appositives: épassement(s) autorisée(s). *Langages*, n. 88, p. 41-62, dez. 1987.
- 11 LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. *Tempo brasileiro*, 53/54, p. 60-94, 1978.
- 12 LOBATO, L. M. P. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.
- 13 MIRA MATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.
- 14 QUIRK, R., GREENBAUM, S. *A university grammar of English*. London: Longman, 1973.
- 15 RADFORD, A. *Transformational grammar*. Cambridge: CUP, 1989.
- 16 ROBERT, L. M. Relativas: um ponto de encontro entre o lingüístico e o não-lingüístico. *Estudos lingüísticos*, SEMINÁRIOS DO GEL, 7, São Paulo, 1983. *Anais...* São Paulo, 1983. p. 56-66.
- 17 SOUZA e SILVA, M. C. P. Produção de orações relativas: formulação de nova hipótese. *Estudos Lingüísticos*, SEMINÁRIOS DO GEL, 9, Batatais, 1984. *Anais...* Batatais, 1984. p. 210-215.
- 18 TARALLO, F. *Relativization strategies in Brazilian portuguese*. Tese (Doutorado). Filadélfia, Pensilvânia, 1983.

- 19 THOMPSON, S., MATTHIESSEN, C. The structure of discourse and subordination. In: THOMPSON, S., HAIMAN, J. *Clause combining in grammar and discourse*. Filadélfia: John Benjamins, 1988. p. 275-328.
- 20 VAN DER AWERA, J. Relative-that: a centennial dispute. *Journal of linguistics*, v. 21, n. 1, p. 149-80, 1985.